Despacho

Respostas as solicitações da Procuradoria, através do parecer:

n. 00252/2022/GAB/PFUNIVASF/PGF/AGU

13.

Exige-se também o ateste nos autos de que a presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações da entidade, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Tal providência não se encontra atendida, os itens não se encontram no PGC/PAC e o sistema não está aberto para novas inclusões. (item 11 do Estudo Técnico Preliminar - doc. 26).

O Sistema não está permitindo a inclusão de demandas para o exercício 2022. No ponto de vista orçamentário, o crédito a ser utilizado advém de um termo de execução descentralizado que está em tramitação no MEC.

14.

Outrossim, a Administração deve apresentar manifestação sobre a essencialidade e o interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015.

Os itens se constituem como relevantes e de interesse público, uma vez que atenderão às atividades finalísticas da Instituição.

37.

Feitas essas considerações, verifica-se que a Administração não incluiu, no termo de referência, critérios e práticas de sustentabilidade.

No Termo de Referência, no tópico 6.4, foi incluída a necessidade de cumprimento das normativas contidas na IN 01 de 2010 concernente a sustentabilidade ambiental e que foi consultado o guia nacional de licitações sustentáveis e que não existe maiores observações a fazer.

50.

No caso, o termo de referência (doc. 25) foi datado e assinado. Baseou-se, aparentemente, no modelo disponibilizado pela AGU em seu sítio eletrônico. Contudo, não foi encontrado nos autos a aprovação do termo de referência pela Pró-Reitora de Gestão e Orçamento, situação que deverá ser sanada pela administração.

Ver implementação na última página do Termo de Referência.

Obs.: foi solicitada a aprovação da autoridade competente em resposta ao item 50 de parecer.